

Revisão curricular do curso de Serviço Social

Grupo de Trabalho:

Ademir Alves da Silva (PUC-SP)
Jeannete Martins de Sá (PUC-Campinas)
Mariângela Belfiore Wanderley (PUC-SP)
Mária Rachel Tolosa Jorge (PUC-SP)
Mária Rosângela Batistoni (PUC-SP)
Rosa Maria Ferreira Pinto (Unisantos)

Introdução

O Grupo de Trabalho designado pela Presidência da ABESS para elaborar e propor um documento-subsídio às discussões em torno do Currículo do Curso de Serviço Social julgou oportuno organizar um *roteiro-inventário* que, sem a pretensão de ser suficiente e completo, apresenta os aspectos que parecem relevantes no processo de revisão curricular em andamento.

O roteiro é precedido de considerações gerais que apontam uma perspectiva para a revisão do currículo, marcada pela preocupação de contribuir para a organização e a realização dos debates, alimentados pela esperança de se chegar a propostas — em nível regional e/ou nacional — que sejam a expressão de um trabalho coletivo das(os) companheiras(os) de todo o país.

Dez anos se passaram desde a aprovação, pelo Conselho Federal de Educação do MEC, do currículo mínimo proposto pela ABESS — *Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social*.

A implantação do novo currículo nos anos que se seguiram àquela decisão vem sendo marcada por uma permanente reflexão em torno das

questões mais candentes que emergem no processo de formação profissional, ao ritmo de conjunturas institucionais, locais, regionais e nacional.

Fatores históricos compelem o currículo — no interior de um projeto educacional mais amplo — a um incessante movimento de pensar-se a si mesmo enquanto espaço de criação e recriação científico-cultural, face à realidade social que procura apreender e que pretende transformar, através dos instrumentos para a crítica social e para a intervenção técnico-profissional com os quais procura capacitar o estudante.

Sob tal perspectiva não há, com efeito, um currículo que seja universal e definitivo, único e insubstituível.

O currículo é, na verdade, um espaço para pensar e reinventar a realidade — o que pode ser feito de vários modos — que o circunscreve e na qual opera, ao ritmo do movimento dessa mesma realidade.

Descabido seria pretender que um currículo — no âmbito de *determinada* agência de formação de *determinado* profissional para o exercício de *determinadas* ações — fosse capaz de abranger, satisfatoriamente, todas as questões que povoam hoje o cotidiano das instituições académicas e/ou de exercício profissional do Serviço Social ainda que ao nível, apenas, das principais indagações e tendências no âmbito de um pensamento social contemporâneo.

O currículo é sempre a expressão de recortes epistemológico, conceitual, contextual, histórico, pedagógico etc. Em outros termos, um currículo condensa certas opções com a conseguinte demarcação e necessário dimensionamento do que se deseja analisar e propor, ensinar e aprender, informar e formar, estimular e por em questão, perguntar e responder, criar e recriar etc.

Se a educação é um ato político, então o currículo é também, a exemplo da instituição universitária que o abriga, um campo de combate. Combate político em sentido amplo, plural, democrático. Ao ponto de ensinar o livre curso de idéias, posições e tendências político-culturais e teórico-metodológicas, permitindo a polémica e a disputa pela hegemonia quanto à direção social que se deseja imprimir ao curso de Serviço Social.

Isso equivale a dizer que aquelas opções anteriormente referidas devem plasmar um *projeto educacional* capaz de contribuir para o

equacionamento de demandas e desafios — no âmbito do que se convencionou chamar de *questão social* — que lhe são contemporâneos, sob uma perspectiva sócio-política claramente definida.

O currículo não pode ser, portanto, um mero elenco de temáticas ou a justaposição de conteúdos programáticos. A busca de uma unidade político-pedagógica deve presidir a sua formulação, implantação, desenvolvimento e avaliação, sob pena de se enveredar para um ecletismo amorfo e "novidadeiro", com lamentáveis prejuízos para a formação profissional.

O roteiro apresentado ao final do presente texto constitui uma indicação da seriedade e da complexidade da tarefa de pensar e desenvolver um currículo em sentido estrito — o currículo do curso propriamente dito — e em sentido amplo — o projeto educacional e todos os fatores históricos, institucionais, legais e profissionais que o informam e que lhe dão (ou lhe retiram) sustentação.

No que concerne ao contexto internacional as mega-tendências apontam para uma "nova ordem mundial", que redesenha a geografia, parece diluir fronteiras, internacionaliza as relações económicas, realutaliza a divisão entre Norte e Sul e aprofunda a desigualdade entre ricos e pobres.

E, sob a égide de uma "Vitória do Oeste", alardeiam-se os mecanismos de enfrentamento e de superação da recorrente crise — recessão, o desemprego, a dívida pública, a "nova realidade da pobreza" — sob a ótica de revitalização da sociedade capitalista.

No Brasil, a não ser pela retórica apressada e oportunista de alguns pretendos condutores da nação à "modernidade do primeiro mundo", o que temos é a "miséria da modernização" em que a débil democracia no plano político convive com um vergonhoso *apartheid* no plano sócio-económico.

Neste final de século e limiar de um novo milênio, a principal questão a ser equacionada pela humanidade é, com efeito, a que se relaciona às formas de organização da produção, distribuição e fruição da riqueza social. O que equivale a reafirmar a atualidade — e a soberania de propósitos — da luta identificada com os anseios populares, a conquista dos direitos sociais, a construção de uma cidadania de base democrática e popular.

Sob tal perspectiva, cabe perquirir, e confrontar cuidadosamente, os diferentes projetos sócio-políticos contemporâneos e suas expressões através do Estado e das políticas públicas, conforme sugere o roteiro.

Quanto à Universidade, parece desnecessário dizer que se trata de uma instituição em crise, fenômeno cuja análise não é possível apro- fundar nos limites deste texto. Porém, é possível detectar a polêmica que opõe "privatistas" e defensores da função pública, e com suporte necessariamente *estatista*, da Universidade; aqueles que apontam a obsolescência e o caráter pedulário de certas IES corroladas pelo corporati- vismo, nepotismo, clientelismo e outras práticas que marcam uma triste tradição da "res-pública" (coisa pública) brasileira; o embate entre uma tradição humanística e os desafios da revolução tecnológica etc.

No entanto, nada consegue substituir a Universidade enquanto espaço institucional, por excelência, de produção de conhecimento, e de criação cultural. A Universidade não pode abdicar de sua função social expressa pela triplíce missão de *pesquisa, ensino e extensão* sob os princípios da autonomia da investigação científica e da liberdade de pensamento e criação.

Mas, o fato é que há uma crise de auto-definição da Universidade e que se relaciona àquele que constitui o seu *mêier*: fazer ciência.

No caso das ciências humanas, o caráter recorrente da discussão sobre a "crise dos paradigmas" dá a medida das inquietações nessa área, contrapondo: modernidade e pós-modernidade; narrativas globalizantes e/ou totalizantes e micronarrativas; razão e arte; cultura científica (e tecnológica) e cultura literária etc.

Mas, no interior do debate que permita apreender os diversos aspectos, possibilidades e horizontes históricos, que a crise partaja, permanece ineludível e inelutável a força da razão crítica e insurgente no processo de luta para tornar mais sólida a existência humana.

O roteiro arrola também alguns tópicos específicos às UE de Serviço Social. O Serviço Social vem demonstrando sua capacidade de honrar uma estrutura acadêmica de recente tradição e que, no entanto, se consolida em cada produção individual e/ou coletiva: os cursos, os programas de pós-graduação, as dissertações de mestrado, as teses de doutorado, as pesquisas em geral, as publicações, os eventos técnico-científicos, as traduções, os projetos integrados, a direção acadêmica, a atividade docente e discente em vários níveis etc.

E a prática vem evidenciando a adequação da parceria entre as diversas agências de formação profissional e destas com os diversos organismos da comunidade profissional dos assistentes sociais, sem prejuízo de seus papéis específicos, com vistas ao equacionamento dos problemas da profissionalização.

Mas ainda não enfrentou e está longe de equacionar problemas que, aliás, nada têm de específicos ao Serviço Social mas que dizem respeito à própria Universidade brasileira, tais como: ausência de uma cultura de planejamento estratégico e de um sistema consistente de avaliação institucional; clareza quanto ao perfil docente (ressaltadas as especificidades de uma prática *d-o-c-e-n-t-e*), desejável para o âmbito do *Serviço Social*, caracterização do alunado que procura dar conta de problemas relacionados às gerações que frequentam a graduação: faixa etária, predominância do sexo feminino, motivações para a escolha do curso de Serviço Social, perspectivas de exercício profissional, inserção sócio-política do estudante, condições sócio-econômicas e culturais do vestibulando etc.

No que concerne ao perfil da profissão não se dispõe ainda de um sistema de comunicação e informação que permita aferir, de forma sistemática e permanente, tendências e demandas da sociedade, bem como as características do exercício profissional (oferta de empregos, condições de trabalho, aprimoramento profissional, carreira, remuneração etc.).

No entanto, após um largo período em que se confundiu o exercício profissional com a militância sindical ou político-partidária, estabelecendo-se para a profissão propósitos que em muito extrapolavam suas possibilidades institucionais e históricas, constata-se, agora, um evidente esforço de se fazer tábula rasa dos equívocos, *recuperando-se o Serviço Social enquanto profissão* em luta por legitimação no mercado de trabalho.

Ou seja, busca-se definir os reais contornos de uma prática que é *profissional* e que, portanto, difere de outras práticas, avocando para si o âmbito geral da prestação de serviços sociais e o âmbito específico da assistência social pública e/ou privada. Prática que se dá, na absoluta maioria das vezes, sob regime de assalariamento, com vínculo empregatício e inserção em determinada estrutura ocupacional.

Nas empresas — o âmbito da assistência social privada — a luta por ampliar o acesso e fugir dos chamados *serviços ou benefícios*

societas constitui aspecto decisivo na formação da cidadania do empregado, apontando para a superação daquela concepção que o reduz à simples condição de mão-de-obra, objeto de manutenção, substituição ou reposição.

Há ainda uma enorme exigência de modernização e preparação de empresas e trabalhadores para responderem a crescentes e complexos problemas, tais como: intensa presença do movimento sindical com pautas de reivindicações mais amplas; processo de democratização da sociedade brasileira, requerendo novas formas de diálogo e de administração de conflitos; exigência de aprimoramento e qualificação contínuas dos recursos humanos para assimilação e utilização de novas tecnologias, nova Constituição Brasileira que amplia os direitos sociais do trabalhador; qualidade de vida no trabalho; terceirização; previdência privada etc.

No que concerne ao poder público e às ONGs assistenciais — no âmbito da assistência social pública — são crescentes as demandas aos assistentes sociais no sentido de propor, gerenciar, assessorar, implantar e avaliar programas e projetos de prestação de serviços sociais básicos; de ocupação e geração de renda; de estratégias de resistência à pobreza e de sobrevivência; de prevenção da violência contra crianças, adolescentes, mulheres e trabalhadores de baixa renda; de assistência social a pessoas portadoras de deficiências; de apoio à terceira idade; de prevenção contra DST/AIDS e uso de drogas; de convivência social e de apoio a “moradores de rua” etc.

O capítulo relativo à seguridade social da Constituição do Brasil consagra o princípio da descentralização político-administrativa atribuído aos municípios a responsabilidade de organizar com base em um comando único em sua esfera, os serviços de assistência social. A coordenação e as normas gerais ficam a cargo da esfera federal, cabendo aos Estados e Municípios e entidades assistenciais a execução dos programas.

A principal questão hoje, nesse âmbito, diz respeito às lutas pela aprovação da *LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social)*. As entidades da categoria de assistentes sociais (CFAS, CRAS, ANAS, ABESS-CEDEPSS) encontram-se diretamente comprometidas e empenhadas no avanço e no reordenamento político-institucional nessa área tendo, inclusive, formulado e apresentado ao Congresso Nacional o melhor projeto de lei dentre as várias propostas ora em discussão.

Em suma, a Universidade, o projeto educacional e o currículo não podem — a pretexto de responder às demandas — se tornar reféns do mercado de trabalho — ou tributários da lógica capitalista. Mas, não podem, igualmente, passar ao largo de embates e desafios que lhes são contemporâneos, evocando a confortável e protegida posição da “torre de marfim”, ainda que a pretexto do desenvolvimento autônomo e independente da “ciência”. Qual ciência?

Finalmente, cabe esclarecer que não há pretensão, com o presente documento, de abordar todos os aspectos envolvidos na revisão curricular. Procure-se tão somente elencar alguns tópicos — os mais importantes — à guisa de provocação e de orientação para os debates em torno da questão.

Apresentamos, a seguir, o roteiro.

Roteiro para a revisão curricular

1. Contexto Internacional e Nacional

- A nova ordem mundial:
 - internacionalização da economia;
 - divisão Norte-Sul;
 - aprofundamento da desigualdade entre ricos e pobres.
- O contexto brasileiro:
 - a questão da pobreza;
 - os projetos sócio-políticos contemporâneos e suas expressões através do Estado: as políticas públicas;
 - as diferentes manifestações regionais da questão social;
 - a seguridade social na nova ordem jurídico-institucional: a LOAS;
 - a relação entre o “público” e o “privado” na organização e prestação de serviços sociais.
- 2. Universidade**
 - A questão da cultura.
 - A crise da Universidade Brasileira.

- A relação público-privado.
 - As "escolas comunitárias".
 - A revolução tecnológica e as humanidades.
 - A função social da Universidade: legitimidade e regionalidade.
 - A indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.
 - A procura pela Universidade e pelo curso de Serviço Social.
- 3. Perfil das UE de Serviço Social**
- A natureza da instituição e o projeto pedagógico.
 - A relação entre as agências de formação e os organismos profissionais e estudantes.
 - A filosofia e a política educacional.
 - A estrutura acadêmico-administrativa.
- 4. Mercado de Trabalho do Assistente Social**
- Nas empresas, no poder público, nas ONG(s).
 - Tendências quanto a: oferta de empregos, condições de trabalho, aprimoramento profissional, carreira e remuneração.
- 5. Profissão**
- O perfil da profissão:
 - exigências atuais da prática profissional;
 - subalteridade e legitimidade;
 - organização da categoria.
 - O profissional: intelectual e técnico.
 - A dimensão ética da profissão.
 - O movimento de afirmação-negação da assistência social como campo profissional específico e peculiar do assistente social.
- 6. Perfil Docente**
- Condições de trabalho:
 - capacitação e titulação;
 - carreira acadêmica;
 - remuneração;
 - produção acadêmica;

- organização sindical.
- 7. Perfil do Alunado**
- Condições sócio-econômicas e culturais.
 - Faixa etária.
 - Predominância do sexo feminino.
 - Motivações para a escolha do curso.
 - Perspectivas de exercício profissional.
 - Inserção sócio-política.
- 8. Currículo**
- 8.1. Pressupostos:**
- Política de profissionalização.
 - Formação generalista ou especialista.
 - Matrizes do pensamento social: unidade, pluralismo e hegemonia na abordagem de seus debates para o Serviço Social.
 - Delimitação do campo teórico de interesse profissional.
 - Modelo de organização curricular.
 - Legislação escolar.
- 8.2. Objetivos do Curso.**
- 8.3. Conteúdos:**
- Seleção.
 - Distribuição.
 - Sequência.
 - Articulação.
 - Integração.
- 8.4. Disciplinas:**
- Gerais e/ou básicas.
 - Específicas e/ou profissionais.
 - Complementares e/ou optativas.
- 8.5. Ementas.**
- 8.6. Carga horária (créditos)**

- Mínima e plena.
 - Do estágio.
 - Por disciplina por ano, por semestre, por semana por aula.
- 8.7. Grade curricular.**
- 8.8. Grade horária semanal.**
- 8.9. Pré e co-requisitos.**
- 8.10. Sistema de avaliação institucional:**
- Do desempenho docente.
 - Do desempenho do aluno.
 - Dos programas-disciplinas.
 - Do currículo.
- 8.11. Processo de ensino-aprendizagem:**
- Resultado que se quer alcançar em termos de:
 - apropriação de conhecimentos;
 - formação de atitudes;
 - desenvolvimento de habilidades.
 - Metodologia de ensino-aprendizagem:
 - estratégias pedagógicas;
 - recursos didáticos;
 - monitoria.
- 8.12. Relação acadêmico-administrativa:**
- Suporte didático-administrativo.
 - Sistema de comunicação.
 - Relação professor-aluno-funcionário.
- 8.13. Supervisão de estágios.**